

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.109 - SP (2019/0344159-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : EDGAR MATTAR
ADVOGADOS : ENRIQUE DE GOEYE NETO - SP051205
MARIANA VIOLANTE DE GOEYE BUTRICO - SP250232
SERGIO MALTA PRADO - SP318189
RECORRIDO : EDEVALDO ALVES DA SILVA
RECORRIDO : LABIBI ELIAS ALVES DA SILVA
ADVOGADOS : RUI CELSO REALI FRAGOSO - SP060332
RICARDO DE DEO FRAGOSO - SP331956
RECORRIDO : REDE INTERNACIONAL DE UNIVERSIDADES LAUREATE LTDA
ADVOGADOS : CARLO DE LIMA VERONA - SP169508
FERNANDA DE GOUVÊA LEÃO - SP172601
ALEXANDRA CAPPELLAZZO DE OLIVEIRA LIMA - SP399929
RECORRIDO : PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
ADVOGADOS : BRUNA MEYER - SP337061
THIAGO LOPES CÔRTE REAL - SP179820
MICHELE DA SILVA MANOEL - SP400746

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **EDGAR MATTAR**, com amparo na alínea "a", do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 299, e-STJ):

Produção antecipada de provas. Serviços de assessoria, negociação e acompanhamento de operação de compra e venda do Complexo Educacional FMU. Contrato verbal. Pedido de exibição dos relatórios e auditorias de empresa que conduziram a venda para apuração do preço de aquisição. Finalidade de obter a prova da prestação dos serviços e de aferir a remuneração. Prova como direito autônomo. Requisitos de admissibilidade. Necessidade de verossimilhança acerca da titularidade da relação jurídica. Obtenção de segredo de negócio. Proposições vagas. Ausência de interesse processual. Recurso não provido, com observação. Via de regra, existe legítimo interesse da parte em obter informação acerca dos termos da contratação do serviço e a produção antecipada de provas é a medida apropriada (art. 381, NCPC), mas é preciso cautela no exame do nexo da relação jurídica afirmada, pois se pretende obter dados sigilosos de negócio vultoso, tudo com base em alegação de contrato verbal de assessoria, cuja remuneração estaria atrelada ao preço do negócio, sem subsídios suficientes para justificar a antecipação. Cabe, neste caso, a via apropriada, de ampla cognição, para respaldar tutela de direito afirmada.

Os embargos declaração opostos foram rejeitados, com observação relativa à verba de sucumbência, nos termos da ementa de fl. 318, e-STJ:

Embargos de declaração. Obscuridade. Alegação de arbitramento da sucumbência em desacordo com os parâmetros legais. Aplicação da regra da equidade para fixação dos honorários sucumbenciais. Cabimento. Art. 85, 8º, CPC. Atendimento da regra do art. 87 do CPC, com distribuição proporcional da sucumbência. São consideradas as três defesas apresentadas. Prequestionamento. Embargos rejeitados, com observação.

Não há obscuridade no acórdão embargado. Os honorários recursais foram fixados por equidade, diante do valor da causa e a natureza da demanda. A regra de equidade decorre de interpretação isonômica da regra processual (art. 85, § 8º, do CPC), bem como foi distribuída proporcionalmente a verba (art. 87, CPC), cabendo ser consideradas as três defesas apresentadas. A nova orientação contida no art 1025 CPC supera o óbice da Súmula 211 do STJ e consagra o prequestionamento ficto já predominante no STF.

Nas razões do recurso especial (fls. 323-332, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos artigos 85, § 2º, e 87 do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que o valor arbitrado a título de honorários de sucumbência corresponde a 300% (trezentos por cento) sobre o valor da causa e ultrapassa os limites estabelecidos pelos artigos 85 e 87 do CPC/15. Acrescenta não ser cabível o arbitramento de honorários por equidade.

Contrarrazões às fls. 339-347, 349-356 e 358-370, e-STJ.

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 371-372, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. O recorrente aponta violação aos artigos 85, § 2º, e 87 do CPC/15, sustentando que o valor arbitrado a título de honorários de sucumbência corresponde a 300% (trezentos por cento) sobre o valor da causa e ultrapassa os limites estabelecidos pelos artigos 85 e 87 do CPC/15. Acrescenta não ser cabível o arbitramento de honorários por equidade.

De início, cabe ressaltar que a jurisprudência desta Corte se pronunciou no sentido de que *"A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015."* (REsp 1465535/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 22/08/2016).

A propósito do assunto, colaciona-se ementa do julgado propulsor do entendimento, oriundo da Corte Especial deste Sodalício:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MEDIDA CAUTELAR. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STJ. ART. 1.022 DO CPC/2015. EMBARGOS DOS REQUERIDOS. VÍCIOS NÃO DEMONSTRADOS. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DA REQUERENTE. OMISSÃO QUANTO AOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. FEITO INICIADO AO TEMPO DO CPC/73, MAS DECIDIDO APÓS A ENTRADA EM VIGOR DO CPC/2015. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015.

PROLAÇÃO DA SENTENÇA. [...] 4. Para fins de distribuição dos ônus sucumbenciais, inexistente direito adquirido ao regime jurídico vigente quando do ajuizamento da demanda ou quando da manifestação de resistência à pretensão. Existência, apenas, de um lado, de expectativa de direito daqueles que podem vir a ser reconhecidos como credores e, de outro, de expectativa de obrigação daqueles que podem vir a ser afirmados devedores. 5. **O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença.** [...] (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017) [grifou-se]

Seguindo a orientação da Corte Especial, aponta-se ainda:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA. MARCO INICIAL. CPC/1973. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. ART. 20, § 4º, DO CPC/1973.** VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A Corte Especial definiu como marco inicial, para fins de aplicação das novas regras de fixação dos honorários advocatícios, a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença. 3. **Proferida a sentença ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deve se pautar de acordo com as normas do diploma processual civil revogado, que, em caso de improcedência da demanda, previa a estipulação de tal verba mediante apreciação equitativa do juiz (art. 20, § 4º, do CPC/1973).** [...] 6. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1751912/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/04/2019, DJe 10/04/2019) [grifou-se]

In casu, anota-se que a sentença data do dia 17/08/2018 (fls. 38-40, e-STJ), proferida, portanto, sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Estabelecido o regime jurídico processual, em recente julgamento do REsp 1.746.072/PR, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o CPC/15 introduziu uma ordem de critérios preferenciais para a fixação da base de cálculo dos honorários advocatícios, afirmando, ainda, serem excludentes entre si, na medida em que o enquadramento do caso analisado em uma das situações legais prévias inviabiliza o avanço para a outra categoria.

Confira-se a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL

OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido. 2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º). 3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria. 4. **Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).** 5. **A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.** 6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido. (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019) [grifou-se]

Com efeito, a Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça confirmou o entendimento firmado sob a égide do CPC/15 de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o

arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

No caso dos autos, depreende-se que o Tribunal de origem, ao negar provimento ao recurso de apelação da parte autora, ora recorrente, fixou, por equidade, os honorários advocatícios de sucumbência em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada corréu, conforme seguinte trecho do julgado (fl. 304, e-STJ):

Diante da atuação na fase recursal, cabe fixação da verba honorária aos corréus, fixada por equidade em R\$ 10.000,00 para cada (art. 85, CPC).

Em sede de embargos de declaração, a Corte de piso pontuou (fls. 319-320, e-STJ):

Os fundamentos do acórdão proferido em sede de apelação são claros acerca da matéria, consignada a fixação de honorários aos corréus pela fase recursal, por equidade, fixada a quantia de R\$ 10.000,00 para cada.

Mesmo antes da vigência do novo CPC, os parâmetros delimitados para fixação da verba honorária (de 10% a 20%) podiam ser desconsiderados se o arbitramento dos honorários advocatícios fosse irrisório ou excessivo. E, à luz do vigente CPC, considerando os termos do artigo 85, § 8º, pois em casos como o presente a verba honorária em percentual sobre o valor da causa representaria quantia incompatível com a defesa recursal. Nesse aspecto, a lei admite a aplicação da equidade, até porque a causa trata de milhões de reais, não sendo questão de pouca complexidade.

Por certo, não há vinculação em relação aos paradigmas, havendo parâmetros na lei a serem adequados aos casos concretos para fins de distribuição de sucumbência, inclusive o exame da natureza e importância da causa e o trabalho realizado.

Com relação à fixação aos corréus, sendo dois deles representados pelos mesmos advogados, obviamente o valor será unicamente de R\$ 10.000,00, ou seja, a remuneração é por defesa apresentada na fase recursal, por força da regra do art. 85, § 1º, do CPC. Ademais, cabe ao Magistrado distribuir a responsabilidade de forma expressa (art. 87, CPC), o que ocorreu, com fixação por equidade. [grifou-se]

Denota-se, ainda, que a sentença de fls. 38-40, e-STJ, indeferiu a petição inicial de produção antecipada de provas, nos seguintes termos (fl. 40, e-STJ):

Diante do exposto, e do mais que dos autos consta, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, com fulcro nos artigos 485, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas processuais já recolhidas pelo autor.

Embora não tenha havido condenação, ante o indeferimento do pedido de produção antecipada de provas, o valor da causa foi estimado em quantia certa (R\$ 10.000,00 - dez mil reais - fl. 8, e-STJ) e não representa valor muito baixo, impondo-se, portanto, a fixação dos honorários pela regra geral do art. 85, §2º, do CPC/15.

Assim, restam excluídas as hipóteses previstas no § 8º do artigo 85 do CPC/15

(antigo 20, § 4º, CPC/73) e autorizativas da fixação dos honorários por apreciação equitativa.

No mesmo sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA FIXADA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/2015. **1. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015, sobre o proveito econômico obtido, e, somente na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa.** 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1749122/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 08/04/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. EMBARGOS DE RETENÇÃO POR BENFEITORIAS. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. RESP N. 1.746.072/PR. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO. VERBA HONORÁRIA DE 20% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. RECURSO PROVIDO. 1. Para fixação dos honorários sucumbenciais, deve-se observar "a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º)" (REsp n. 1.746.072/PR, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Relator para Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019). **2. No caso concreto, diante do julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, é impositivo o arbitramento da verba honorária, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.** 3. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e conhecer do agravo nos próprios autos a fim de dar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1.489.773/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07.10.2019, DJe 14.10.2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). 1. CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO

TEMPESTIVO. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. CABIMENTO. 2.1. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. IMPOSSIBILIDADE. 3. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga no prazo legal, de modo a permitir a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula do STJ. **2. Na ausência de condenação e na impossibilidade de se apurar o proveito econômico dos litigantes, fixa o art. 85, § 2º, do CPC/2015, como base de cálculo dos honorários advocatícios, o valor atualizado da causa.** 2.1. Desacolhidas as teses recursais, não há que se falar em inversão dos ônus de sucumbência. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.377.052/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.10.2019, DJe 28.10.2019) [grifou-se]

Dessa forma, considerando que não houve condenação e não é possível mensurar o proveito econômico obtido pelo vencedor, mas que o valor da causa foi estimado, mostra-se inafastável o arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais pela regra geral exposta no parágrafo 2º do art. 85 do CPC/15, razão pela qual merece ser acolhida a presente irresignação para reformar o acórdão recorrido, no ponto, fixando-se os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa.

2. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para reformar parcialmente o acórdão recorrido e fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator